



H. RIDER HAGGARD, IMAGINAÇÃO LITERÁRIA E SENSIBILIDADE POLÍTICA: *JESS* (1886) E A PERDA DO TRANSVAAL (ÁFRICA DO SUL)

Evander Ruthieri da Silva*
Universidade Federal do Paraná - UFPR
evander.ruthieri@gmail.com

RESUMO: O artigo versa a respeito das relações entre sensibilidades políticas e a imaginação literária de H. Rider Haggard (1856-1925), com ênfase em seu romance *Jess* (1886), o qual narra a devolução da colônia do Transvaal, na África do Sul, aos bóeres no início da década de 1880. A análise da produção literária e ensaística do romancista em questão evidencia, simultaneamente, um engajamento fervoroso com as práticas políticas coloniais e as marcas do ressentimento e da humilhação com a perda territorial, questões traduzidas e ressignificadas a partir das sendas da ficção.

PALAVRAS-CHAVE: História e Literatura – África do Sul – H. Rider Haggard.

H. RIDER HAGGARD, LITERARY IMAGINATION AND POLITICAL SENSIBILITY: *JESS* (1886) AND THE “LOSS” OF TRANSVAAL (SOUTH AFRICA)

ABSTRACT: The article deals with the relationship between political sensibilities and literary imagination in H. Rider Haggard (1856-1925), with emphasis on his novel *Jess* (1886), which narrates the return of the Transvaal colony, at South Africa, to the Boers at the beginning of 1880s. The analysis of the novelist's literary and essay *ouvre* reveals, at the same time, a fervent engagement with colonial political practices and the marks of resentment and humiliation with the territorial loss, questions translated and re-signified by the ways of fiction.

KEY-WORDS: History and Literature – South Africa – H. Rider Haggard.

INTRODUÇÃO

* Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PPGHIS/UFPR) e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Professor substituto de História da Educação no Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação da UFPR.

A aproximação entre História e Literatura associa-se a um contexto de expansão dos métodos e fontes mobilizados por historiadores em seu afã de interpretar e problematizar a experiência humana no tempo pretérito. Atentos à potência política da ficção, entre a imaginação literária e a sensibilidade, tais narrativas deixam de ser consideradas como formas abstratas de textualidade, além ou aquém de seu tempo, ou como meros reflexos do mundo social, e passam a ser tratadas como elementos estruturantes de experiências sociais e embates culturais de homens e mulheres nas tramas do cotidiano, substratos privilegiadas para o escrutínio de suas paixões políticas, cingidas por razões e sentimentos. Ademais, estas abordagens possibilitam pensar o lugar da literatura na legitimação pública de macroprocessos políticos, portanto, em associação a um aporte metodológico atento aos dramas individuais de personagens ficcionais enquanto fonte de subsídios para o escrutínio da tessitura do mundo social e dos debates intelectuais. Trata-se, por fim, de um movimento que observa os textos enquanto parte integrante das ações dos atores sociais, sobretudo em seu papel de compreensão dos processos históricos.¹

Parte da historiografia recente tem se atentado ao lugar dos textos literários na chamada Era dos Impérios do último quartel do século XIX², em especial no que concerne ao papel destas ficções na promoção de imaginários dos encontros interétnicos e interculturais tramados nas fronteiras geopolíticas dos interesses coloniais, em particular, no território que abarca o atual estado sul-africano, dividido no período em questão entre as Colônias britânicas do Cabo e de Natal, os protetorados e territórios nativos, e as repúblicas bôeres do Transvaal (*Zuid-Afrikaansche Republiek*, República Sul-Africana) e do Estado Livre de Orange (*Oranje-Vrystaat*). Os conflitos interétnicos ocasionados na região, sobretudo entre britânicos, bôeres e Zulus, bem como o acirramento de interesses econômicos derivados das descobertas de jazidas auríferas e diamantíferas nas décadas de 1870 e 1880, atraíram o interesse do público leitor na metrópole, e isto não apenas nas notícias veiculadas cotidianamente na imprensa

¹ REVEL, Jacques. **Proposições**: ensaios de história e historiografia. Rio de Janeiro: UERJ, 2009, p.119.

² Ver, por exemplo, BEGHETTO, Lorena. **Aventura e alteridade**: o domínio de outros territórios na literatura de aventura de Emilio Salgari (1862-1911). Tese de doutoramento em História. Curitiba: UFPR, 2014; BRANTLINGER, Patrick. **Rule of Darkness**: British Literature and Imperialism (1830-1914). Ithaca: Cornell University Press, 2013; BREPOHL, Marion. **Imaginação literária e política**: os alemães e o imperialismo. Uberlândia: EdUFU, 2010; GOMES, Raquel. **Uma feminista na contramão do colonialismo**: Olive Schreiner, literatura e a construção da nação sul-africana (1880-1902). São Paulo: Annablume, 2013; entre outros.

periódica, mas também, e sobretudo, na literatura de aventura, romances repletos de cenários exóticos e episódios de bravura e coragem, os quais constituíam um gênero ficcional que galgou o *status* de *best-selling* no mercado editorial finissecular.³

Estas produções culturais oferecem uma multiplicidade de subsídios para o estudo crítico das relações entre literatura e política no imperialismo oitocentista pois, por meio da construção de personagens ficcionais que atuavam enquanto fulcros de identificação coletiva, informavam o arcabouço imaginativo de muitos de seus leitores e leitoras a respeito da expansão colonial em África. O artigo concentra-se na produção literária do romancista britânico H. Rider Haggard (1856-1925), com atenção especial ao seu romance *Jess* (1886), cujo enredo associa-se a um episódio específico da história política sul-africana, a saber, a guerra Anglo-Bôer (1880-1881) e a devolução da colônia do Transvaal aos bôeres. O eixo de análise concentra-se não apenas no engajamento fervoroso de Haggard com as sendas do Império entre as décadas de 1870 e 1880, mas também na historicidade dos afetos e das sensibilidades políticas, da humilhação e do ressentimento, alinhavados à perda do território transvaalense, evento ressignificado pelo ressentido romancista em sua escrita literária.

DOS “BALUARTES DO BARBARISMO”: A IDEIA COLONIAL EM RIDER HAGGARD

O caso do literato Henry Rider Haggard reveste-se com relevância no objetivo de pensar as relações entre literatura e práticas políticas coloniais ao final do século XIX. Isto porque, além de ter atuado na administração da Colônia de Natal e no Transvaal durante a sua juventude, parte expressiva da produção literária de Haggard encontra-se ambientada no continente africano. Tratam-se de romances, ao exemplo de *King Solomon's Mines* (1885) e *She, a History of Adventure* (1886), repletos de cenários de aventura em contextos fortemente homosociais, os quais reimaginam a África como um lugar de revitalização da virilidade, de triunfos econômicos e políticos, espaços em que, destituídos das limitações sociais e das restrições morais dos centros urbanos, homens comuns convertiam-se em heróis bravos e valentes. Estes textos literários são igualmente estruturados a partir das circunstâncias e das vivências de Haggard em

³ RICHARDS, Jeffrey (org.). **Imperialism and Juvenile Literature**. Manchester: Manchester University Press, 1987.

África, de modo que, entrecruzada à presença de aventureiros europeus, suas páginas encontram-se abarrotadas de personagens nativos, sobretudo os Zulus, cuja representação, edulcorada pela sensibilidade romântica e por preceitos racialistas, oscila entre a admiração e o anátema, entre a crença no imperialismo enquanto inexorável força civilizatória e o lamento pelo esfacelamento de práticas culturais que, em sua perspectiva, eram inerentes à organização social nativa.

Com relação ao aventureirismo, o ímpeto pelo risco e pela aventura, presente em muitos dos romances produzidos no século XIX e ambientados nas regiões almeçadas pelas práticas coloniais, denota-se a presença de lugares comuns, característicos desta “paixão política”⁴ característica do imperialismo oitocentista: o amor pela expansão, a conquista pela conquista, em um misto de arrogância e respeito. Segundo Hannah Arendt, o romance, que acompanhou o declínio do drama e intensificou o interesse pelo âmago individual, apresentou “as paixões humanas como o destino do homem, sem vício nem virtude, nem razão, nem livre arbítrio. Só o romance na sua completa maturidade, tendo interpretado e reinterpretado toda a gama dos temas humanos, podia pregar o evangelho da paixão do homem pelo seu próprio destino”.⁵ Se o imperialismo propiciou a emancipação política das classes médias, foi no heroísmo colonial que muitos de seus leitores refestelavam-se em busca de alívio e compensação de seus próprios limites: é este pequeno herói, que tem no Robinson Crusóe de Dafoe seu protótipo, responsável por conquistar fortunas por sua genialidade ou mero acaso destino, que conforma uma “definição estética do indivíduo que deixou a Europa para conquistar a África em finais do século XIX – e que fundou uma nova ética. Não mais a da solidariedade, como no movimento operário, ou no individualismo burguês que, no entanto, conhece seu freio pela lei”, mas sim, uma conduta ética que implicava “em apostar na sorte individual” e na “subjugação do outro”.⁶

Ao lado da burocracia colonial e das teorias racialistas neste contexto de reformulação de valores éticos e sociais, a imaginação literária visava fornecer legitimidade às violências concretas e simbólicas que se deslindavam nos territórios

⁴ ANSART, Pierre. Em defesa de uma ciência social das paixões políticas. **História: Questões & Debates**, n.33, julho-dezembro de 2000, p.145-164.

⁵ ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.171.

⁶ BREPOHL, Marion. **Imaginação literária e política: os alemães e o imperialismo**. Uberlândia: EdUFU, 2010, p.33.

distantes das metrópoles e, simultaneamente, expunham ao seu público leitor certa dimensão do extermínio étnico e a própria intensificação da violência colonial, sobretudo com relação às populações nativas. Afinal, distantes dos centros urbanos das metrópoles, estes aventureiros, vistos como párias em suas pátrias de origem, que rumavam às colônias em busca de enriquecimento, imaginavam-se em “um mundo que oferecia possibilidades infinitas para crimes em nome da diversão, para uma mistura de horror e de riso, ou seja, para a plena realização de suas existências fantasmas”.⁷ Deste segmento, ressentido por sua própria subalternidade e ansioso pela ascensão social e protagonismo político nas colônias, poderíamos ainda acrescentar um elemento que, na perspectiva do historiador Peter Gay, revestiu-se com expressividade na cultura finissecular: a valorização da agressividade, a articulação de hostilidades sociais ao projetarem nos outros o seu próprio infortúnio, enfim, o ódio e o ressentimento enquanto forças motrizes de ações políticas.

Na base da produção de álibis que justificassem a violência, encontravam-se as teorias raciais, elaboradas com amplo amparo em índices antropométricos e leituras fisiognômicas, bem como as suas vulgarizações, afinal, as teses geradas por intelectuais encontravam forte ressonância no público geral, inclusive as classes médias, pois adequavam-se aos seus interesses e ansiedades. O racismo, ademais, por toda a sua insídia e perniciosidade, fornecia atrativos aos colonizadores em regiões com populações majoritariamente negras, entrelaçando complexas raízes emocionais e não menos complexas consequências políticas. Como afirma Peter Gay, “o século [XIX] apresentou o que se chamava de explicações científicas para odiar ou desprezar os estrangeiros. (...) Inócuas, na melhor das hipóteses, as teorias racistas que na era vitoriana liberaram tanta agressão socialmente aceitável eram um punhado de noções mutuamente contraditórias e de especulações biológicas ou históricas”.⁸

O entrecruzamento de tais questões, isto é, a paixão pela expansão, o ressentimento político e o cultivo do ódio racial, fornecem elementos para a análise da produção literária de H. Rider Haggard, com ênfase em seu romance *Jess*, publicado em 1887. A narrativa literária, ambientada no contexto da guerra entre britânicos e bôeres no Transvaal de 1881, foi elaborada a partir das experiências de Rider Haggard com a

⁷ ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.220.

⁸ GAY, Peter. **A experiência burguesa: o cultivo do ódio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.77.

administração colonial na África do Sul, afinal, o letrado integrou, em 1875, a equipe administrativa de Henry Bulwer, tenente-governador da Colônia de Natal, e atuou junto a Theophilus Shepstone, responsável pela anexação da república bôer do Transvaal às posses britânicas em 1877. Aqui, convém destaque à expressão de Hannah Arendt – “homens supérfluos” – ao referenciar a estirpe de párias e arrivistas sociais que, tal qual Haggard em sua juventude, criam para si certa compensação emocional, uma representação pública de si mesmos enquanto descobridores, aventureiros, conquistadores em terras estranhas – e não do modo como eram vistos: indivíduos supérfluos e sem valor social, expulsos de seu país como mão de obra excedente. Isto porque, se julgarmos por suas memórias narradas na autobiografia redigida em 1912, Rider Haggard era considerado como uma “criança lunática”, apto apenas a se tornar um “verdureiro” por sua “reputação à estupidez”⁹, de escolaridade limitada e, ao final da juventude, acumulando reprovações nos exames de admissão ao serviço militar estrangeiro. Portanto, nas circunstâncias que precedem sua partida à África, Haggard apresenta-se como um jovem incapaz de atender às expectativas de sua família, conservadores com laços na aristocracia rural, embora em processo de declínio financeiro devido às crises nas atividades agrícolas na década de 1870 e pelo esfacelamento das relações paternalistas no interior da Inglaterra.

A inserção no aparato administrativo das colônias sul-africanas, e o fervoroso engajamento com a trágica anexação do Transvaal, uma das causas imediatas para a guerra de 1881, possibilitaram sua ascensão imediata à elite colonial branca na África do Sul, e deixaram marcas inegáveis em sua produção literária. Ainda no subcontinente sul-africano, Haggard remeteu um texto à revista *The Gentleman's Magazine*, em 1877, intitulado *A Zulu War-Dance*. No artigo, observa a presença britânica na África do Sul como parte do “espírito da justiça” que sempre prevalece quando “a mão forte e agressiva da Inglaterra agarra alguma parte fresca da superfície terrestre”.¹⁰ Autoridade paternalista e responsabilidade entrelaçam-se na retórica colonial de Haggard, somado a ácida crítica que, cá e acolá, em sua correspondência particular quanto em seus romances posteriores, o romancista direciona aos modelos políticos em vigência, sobretudo se favoráveis, no caso britânico, ao Partido Liberal, que acusa pela eventual

⁹ HAGGARD, H. Rider. **The days of my life**, v.1. Londres: Longman, 1926, p.6-28.

¹⁰ HAGGARD, H. Rider. *A Zulu War-Dance*. **The Gentleman's Magazine**, n.243, julho de 1877, p.94.

devolução do Transvaal aos bôeres no fim da guerra de 1881, ação que ressentia como “uma grande traição”, “cujo amargor o tempo não pode obliterar ou diminuir”.¹¹ Em *Zulu War-Dance*, Haggard apresenta-se aos leitores enquanto um imperialista fervoroso, apoiado no que observava como certo senso de dever, tutela e benevolência derivada da presença britânica nos territórios sul-africanos.

Não obstante, no que diz respeito à “nuvem escura da Questão Nativa”¹², Haggard relativiza a força do processo civilizacional entre os nativos, pois compreende que a “potência da civilização” produziria efeitos negativos, especialmente entre os Zulus, cuja numerosa presença em Natal tornara-se preocupante para os colonos brancos na década de 1870. Enquanto que para seu mentor, Theophilus Shepstone, que entre as décadas de 1840 e 1850 responsabilizou-se pela implementação de reservas nativas com o intento civilizatório, a gradual difusão de instituições religiosas, ao exemplo de missões e escolas, propiciaria alterações culturais e sociais entre os nativos, elevando-os na escala civilizatória, o jovem Haggard lança dúvidas com relação a esta proposta:

A civilização, aparentemente, quando aplicada às raças negras, produz efeitos diametricamente opostos àqueles que estamos acostumados a observar nas nações brancas: degrada, antes de poder elevar; e com relação aos Kaffirs, é duvidoso, e ainda precisa ser comprovado, se possui qualquer poder para elevá-los.¹³

O argumento de Haggard sustentava-se na premissa racial de que, em seu estado natural, os Zulus estariam dotados de qualidades positivas que contrabalanceariam os seus “vícios” mais perniciosos. Desta forma, o letrado apresentava-os, em tempos de paz, como homens simples e voltados para atividades agrícolas, “perfeitamente indolentes e perfeitamente felizes”, honestos e confiáveis. Em períodos de conflitos o calor da batalha produziria nos Zulus um “espírito feroz e selvagem”, entretanto, até mesmo em situações de extrema violência, Haggard destaca elementos valorativos na conduta dos nativos: “ao mesmo tempo em que é cruel, ele é corajoso na batalha; se ele é imprudente com a vida dos outros, também não se importa com a sua própria; e quando a morte aproxima-se, ele a encontra destemido, e avança aos espíritos

¹¹ HAGGARD, H. Rider. **The days of my life**, v.1. Londres: Longman, 1926, p.194.

¹² HAGGARD, H. Rider. *A Zulu War-Dance*. **The Gentleman's Magazine**, n.243, julho de 1877, p.96.

¹³ *Ibid.*, p.96.

de seus ancestrais corajosamente, como um guerreiro deve ser”.¹⁴ A difusão de projetos civilizatórios produziria efeitos colaterais, na medida em que obliteraria as suas virtudes e intensificaria o seu comportamento vicioso, “acrescentando destreza a sua crueldade, avareza ao seu amor pelas posses, substituindo sua bravura por grosseria e insolência, e sua verdade por mentiras”.¹⁵ O problema encontrava-se nos “efeitos de nossa civilização parcial, quando imperfeitamente e espasmodicamente aplicada sobre a vasta população nativa na África do Sul”, embora reconheça que, a despeito de sua ineficácia, eventualmente contribuiria para a desestruturação de costumes tribais, em especial o sistema das chefias locais e a poligamia.

O avanço da presença imperialista na África era, para o jovem Haggard, fundamentalmente embasada na premissa de que “é nossa missão conquistar e submeter, não pela sede de conquista, mas pelo desejo de lei, justiça e ordem”.¹⁶ Contudo, em sua escrita ensaística, as sendas do Império eram vistas como forças destrutivas, capazes de levar a um desequilíbrio de forças entre sujeitos colonizadores e colonizados, afinal, a hierarquia tribal e as formas de organização social das populações africanas eram interpretadas como pilares dos “costumes nativos”, de todas as “suas ideias de bondade e justiça; nelas a história de seu passado está corporificada, e dela originam-se suas esperanças de futuro”. As ações das populações europeias no subcontinente sul-africanos, seja pela expansão comercial ou por meio de missões religiosas, são reconhecidas como declaradamente corrosivas, as quais “devoraram o sistema nativo feito ferrugem no ferro”, de modo que “os baluartes do barbarismo, seus costumes menores e leis menores, se foram, ou existem apenas em nome”.¹⁷ A retórica de Haggard em *The Zulu War-Dance* é reveladora das linhas de fuga de seus ideais a respeito da questão nativa: de um lado, os princípios paternalistas de proteção às populações nativas, alicerçados no reconhecimento da perda e do esfacelamento dos sistemas socioculturais africanos diante da presença europeia; de outro lado, sua crença na eficácia das políticas imperiais, se orientadas por princípios de justiça e civilização,

¹⁴ HAGGARD, H. Rider. A Zulu War-Dance. **The Gentleman's Magazine**, n.243, julho de 1877, p.96-97.

¹⁵ Ibid., p.97.

¹⁶ HAGGARD, H. Rider. The Transvaal. **Macmillan's Magazine**, v. 36, n.211, maio de 1877, p.78.

¹⁷ HAGGARD, H. Rider. A Zulu War-Dance. **The Gentleman's Magazine**, n.243, julho de 1877, p.107.

capazes de preservar aquilo que considerava como virtudes naturais dos nativos e simultaneamente dissipar os “baluartes do barbarismo”.

Amparado em sua confiança na dimensão valorativa da expansão ultramarina britânica no extremo sul da África, Haggard passou a integrar a equipe de Theophilus Shepstone no momento da anexação do Transvaal. A ação fazia parte do projeto de constituição de uma confederação na África do Sul promovida pelo então Secretário de Estado das Colônias, Lord Carnarvon. Baseando-se no modelo confederacionista implementado no Canadá em 1867, Carnarvon pretendia manter a autoridade britânica no território sul-africano, considerado a partir daquele momento, até mesmo pela expansão da mineração diamantífera e ampliação das atividades portuárias, como uma área de estratégica e vital importância. A estrutura política pretendida por Carnarvon visava unir as colônias e territórios britânicos e bôeres, de modo a criar uma confederação sul-africana inserida dentro do Império Britânico. A proposta integrava-se aos debates parlamentares na metrópole que passavam a atribuir uma importância maior à política externa e à manutenção do Império, em detrimento de proposições de reformas sociais internas, mas foi recebida com resistência, em especial pelas elites locais na Colônia do Cabo, as quais, acreditavam, arcariam com os custos do projeto.¹⁸ Os dirigentes locais haviam garantido o *status* de autogoverno em 1872 e consideravam tais iniciativas como uma revogação de seus direitos e, além disso, viam o liberalismo do Cabo como incompatível com o conservadorismo político das repúblicas bôeres.¹⁹

Para Haggard, a anexação do Transvaal representava uma oportunidade de manutenção da “flâmula britânica” na África do Sul e a garantia de seu prestígio pessoal e estabilidade financeira. Ao escrever sobre o Transvaal no momento imediatamente anterior a sua anexação, o romancista assegura aos seus leitores, em um artigo enviado à *Macmillan's Magazine* no início de 1877, que a república sul-africana, após uma série de conflitos e disputas territoriais com os Bapedi, liderados por Matsebe Sekhukhune em 1876, encontrava-se em estado crítico e os “assuntos no país foram de mau a pior. O estado encontra-se totalmente falido, e incapaz até mesmo de pagar os salários de seus oficiais”.²⁰ Para o letrado, não havia dúvidas no que se refere à anexação do Transvaal:

¹⁸ JENKINS, T. A. **Disraeli and Victorian Conservatism**. Londres: Macmillan, 1996, p.116-118.

¹⁹ WESSELING, H. L. **Dividir para dominar: a partilha da África, 1880-1914**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008, p.298.

²⁰ HAGGARD, H. Rider. The Transvaal. **Macmillan's Magazine**, v.36, n.211, maio de 1877, p.88.

ela se tornara necessária devido ao que considerava como efeitos da incompetência bôer e de seu radicalismo político. À desestabilização política da república bôer, Haggard acrescentava outra razão para justificar o processo de incorporação às posses britânicas, a saber, aquilo que categorizava como uma responsabilidade tutelar do Império com as populações nativas, afinal, “a única coisa que poderia permitir a anexação de terras, pertencentes por natureza e direito às raças selvagens, é a introdução de uma política justa e piedosa com relação aos seus proprietários originais”.²¹ Coexiste, na ideia colonial de Rider Haggard, um reconhecimento da legitimidade das leis e costumes nativos mas, ao mesmo tempo, a demanda pela tutela paternal do Império Britânico para protegê-los e coagi-los.

Entretanto, a situação, tanto na recém estabelecida Colônia do Transvaal quanto no parlamento britânico, tornara-se tensa poucos meses após a anexação. Em janeiro de 1878, com a cisão parlamentar ocasionada pelas decisões políticas do primeiro-ministro britânico Benjamin Disraeli sobre a questão oriental²², Lord Carnarvon demitiu-se do cargo de Secretário das Colônias, e foi substituído por Michael Hicks Beach, ferrenho opositor da campanha confederacionista engendrada no território sul-africano por seu antecessor. Além disso, apesar da aceitação inicial da anexação por parte dos bôeres, as correspondências trocadas em maio daquele ano entre Henry Bartle Frere, governador geral da Colônia do Cabo, e Hicks Beach deixam a ver o estado crítico em que o Transvaal se encontrava sob a administração de Shepstone: a insatisfação bôer era intensificada pela ausência de uma gestão efetiva, carência de uma assembleia legislativa ou de órgãos representativos, intensificação das tensões nas fronteiras com a Zululândia, continuidade da cobrança da *railway tax*, vista como indevida já que não haviam nem sinais da construção de linhas férreas, e a nomeação de oficiais britânicos oriundos de Natal para cargos públicos na colônia anexada.²³

Observando a questão do interior da administração colonial, Haggard não estava alheio a tais problemas, e assegura aos seus leitores que Shepstone

²¹ HAGGARD, H. Rider. The Transvaal. **Macmillan's Magazine**, v.36, n.211, maio de 1877, p.84.

²² A “questão oriental” dizia respeito a uma série de conflitos e agravos diplomáticos ocasionados nos Balcãs e no Oriente Médio ao longo do século XIX, demarcados por uma constante tensão entre as zonas de influência política britânica e russa, e que eclodiram, entre outras situações, na Guerra da Criméia (1853-1856) e na Guerra Turco-Russa (1877-1878).

²³ THERON, Bridget. Shepstone and the Transvaal Colony. **Kleio**, v.34, 2002, p.113-117.

“indubitavelmente tinha defeitos enquanto governador”.²⁴ Contudo, sua crença na inviolabilidade do poder paternal representada por Shepstone, somado à paixão política pela expansão colonial, corolário de suas glórias pessoais e profissionais, certamente dificultaram a aceitação da perda do Transvaal após a Guerra Anglo-Bôer de 1881, fonte de ressentimentos e humilhação para o jovem Haggard. Ao final de 1880, Paul Kruger, um dos principais líderes bôeres, deu início a uma rebelião contra a presença britânica, por meio da qual ele e seus compatriotas declararam a independência da república. Segundo H. L. Wesseling, os bôeres sitiaram as principais guarnições em Pretória, Potchefstroom e Lydenburg, e venceram os exércitos britânicos em Majuba Hill, além de contar com simpatizantes tanto na Europa quanto em outras regiões da África do Sul. William Gladstone, o primeiro ministro britânico eleito pelo Partido Liberal em 1880, optou pela negociação e reconciliação, e, por meio da Convenção de Pretória (abril de 1881), reconheceu a independência do Transvaal. A ação encontrava-se ancorada no modelo de política externa delineado por Gladstone naquele período, que visava minimizar os gastos com a expansão territorial e atribuir a responsabilidade pela manutenção dos territórios às próprias colônias.²⁵

A guerra entre britânicos e bôeres, bem como a perda do Transvaal foram vivenciadas como uma nota pessoal para Haggard, já que sua fazenda sul-africana ficava próxima das regiões dos conflitos e, após a concordata, a restituição política aos *burghers* e o clima de insegurança e incerteza obrigaram o jovem a retornar para a metrópole. É muito possível que o teor incandescente dos debates a respeito dos resultados da guerra Anglo-Zulu de 1879, bem como das manobras políticas de seu líder, o rei Cetshwayo, tenham incentivado Haggard a redigir *Cetywayo and his white neighbours*, publicado originalmente em 1882. Um relato testemunhal da situação sul-africana, *Cetywayo* também pode ser lido como uma manifestação do ressentimento com relação à devolução do Transvaal, portanto, além de um esforço intelectual na produção de uma história política sul-africana, a obra configura-se como um manifesto dos posicionamentos do letrado quanto ao esfacelamento de projetos expansionistas que ele se engajara com fervor. Trata-se, afinal, de uma tentativa de constituir certo senso de

²⁴ HAGGARD, H. Rider. *Cetywayo and his white neighbours, or remarks on recent events in Zululand, Natal and the Transvaal*. Londres: Kegan Paul, Trench, Trübner & Co, 1896, p.138.

²⁵ WESSELING, H. L. *Dividir para dominar: a partilha da África, 1880-1914*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008, p.304-309.

protagonismo com relação aos eventos decorridos, na medida em que Haggard, até mesmo por sua experiência pessoal e envolvimento direto com a questão sul-africana, visava envolver-se com uma área de autoridade intelectual sobre os assuntos coloniais. A humilhação converteu-se na intensidade da escrita, e a nostalgia por uma África perdida traduziu-se na ficção, de modo que, poucos anos depois, Haggard publicou *Jess*, romance ambientado no calor da guerra e da devolução do Transvaal aos bôeres.

NA TERRA DOS LÍRIOS AZUIS: *JESS* E O TRANSVAAL

Se em seus escritos de juventude, mormente nos artigos e ensaios publicados na imprensa periódica, vê-se o imperialista fervoroso, que em suas palavras anseia pela presença da “flâmula britânica”²⁶ a recobrir as colônias sul-africanas, na década de 1880 percebemos um homem ressentido, sobretudo pela perda do Transvaal emoldurada pelo fracasso dos projetos políticos que visavam a formação de uma confederação que cingisse as colônias e repúblicas na África do Sul. *Jess*, publicado originalmente em 1886, reveste-se com relevância enquanto fonte para a análise do ressentimento: o romance narra o triângulo amoroso entre as irmãs Jessica e Elizabeth Croft, e o expatriado John Niel, um militar britânico convertido em fazendeiro no interior do Transvaal. A relação problemática entre os personagens é entrecortada pela eclosão da guerra entre britânicos e bôeres, metaforizados pelo vilão, Frank Muller, o qual sonha com a liderança política do Transvaal e visa seduzir Elizabeth a qualquer custo. Portanto, política e sexualidade estão entremeadas no texto literário, que ainda promove certo senso de ameaça racial: afinal, Frank Muller, por ser resultado da miscigenação entre ingleses e bôeres, é compelido à obsessão e à loucura por sua instabilidade racial; ademais, por deter a posse de terras, representa uma ameaça econômica, sobretudo ao tio e guardião das duas jovens, o patriótico colono britânico Silas Croft.

Haggard, por meio do texto literário, sobrepõe os dramas de personagens individuais a um plano de fundo comum, a saber, a guerra de 1881 entre britânicos e bôeres e a devolução do Transvaal após a Convenção de Pretória, em um movimento que cinge elementos de verossimilhança à narrativa literária. A humilhação pelo que caracterizava como uma derrota para o Império Britânico, somada às críticas que Haggard direciona à administração liberal do primeiro-ministro britânico William

²⁶ HAGGARD, H. Rider. The Transvaal. *Macmillan's Magazine*, v.36, n.211, maio de 1877, p.79.

Gladstone, incidem na produção de um texto que expressa o ressentimento político do letrado diante dos eventos testemunhados. Por isto, o ângulo de problematização das relações entre imaginação literária e ressentimento na escrita ficcional do letrado é tributário ao que tem sido designado de uma história das sensibilidades, a qual opera “na esfera das sensações e pertence à ordem da intimidade, porque atua na esfera dos sentimentos e fundamenta a percepção, interpretando e qualificando o mundo”.²⁷ Este vetor de interpretação atenta-se aos afetos, mas sempre “para reinseri-los em conjuntos significativos mais vastos”²⁸, portanto, possível de privilegiar as sensibilidades enquanto elementos estruturantes de posicionamentos políticos dos sujeitos históricos em questão, a partir de “uma atenção mais sistemática em torno da importância dos afetos”.²⁹ O ressentimento, tomado como chave de leitura do texto literário, alinha-se a condições históricas que culminam, como no caso em questão, a um “ódio recalcado dos dominantes quando se encontram em face da revolta daqueles que consideravam inferiores. Ressentimento reforçado pelo desejo de reencontrar a autoridade perdida e vingar a humilhação experimentada”³⁰, mesmo que no plano artístico ou literário.

A este arcabouço teórico e conceitual, convém ainda referenciar os estudos em história cultural e história social da cultura que, nas últimas décadas, tem se atentado à historicidade da literatura, para reencontrá-la nos movimentos de sua sociedade e de seu tempo. A partir desta perspectiva, privilegia-se os textos literários enquanto “substrato para o escrutínio de percepções, representações, figurações, por meio das quais se busca os movimentos de instituição de imaginários e da própria temporalidade enquanto tal”.³¹ Por encontrar-se em um ângulo estratégico entre razões e sensibilidades, a ficção apresenta-se à História enquanto possibilidade de análise de experiências ficcionais,

²⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Ressentimento e ufanismo: sensibilidades do Sul profundo. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (org.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Unicamp, 2004, pp.224-225.

²⁸ GRUZINSKI, Serge. Por uma história das sensibilidades. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; LANGUE, Frédérique. **Sensibilidades na história**: memórias singulares e identidades sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p.8.

²⁹ ANSART, Pierre. Em defesa de uma ciência social das paixões políticas. **História: Questões & Debates**, n.33, julho-dezembro de 2000, p.145.

³⁰ ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (org.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Unicamp, 2004, p.18.

³¹ NAXARA, Márcia; CAMILLOTTI, Virginia. História e Literatura: fontes privilegiadas na produção historiográfica recente no Brasil. **História: Questões & Debates**, n.50, jan-junho de 2009, p.28.

construídas e estruturadas a partir de situações concretas vivenciadas no cotidiano dos literatos e de muitos dos seus contemporâneos. Trata-se, portanto, de se atentar à “lógica social do texto”³² a partir do entrecruzamento de fontes e problemas, ao compreender que a ficção encontra-se eivada por condições políticas, socioeconômicas e culturais dos sujeitos históricos que constituem a esfera da produção literária.

Para Haggard, tanto em seus textos ensaísticos quanto na produção literária, o Transvaal apresenta-se como um lugar de revitalização política e econômica, de construção do prestígio viril, emoldurado por uma natureza exuberante e sublime, características que intensificam a sensação de um verdadeiro paraíso perdido após perder seu estatuto de colônia do Império Britânico. Por este motivo, convém enfatizar as impressões da sensibilidade romântica nas descrições da natureza do Transvaal, pois demonstram o esforço do literato em instrumentalizar um conjunto de ideias e percepções que levam a um enaltecimento de seu espaço natural, em clara oposição ao que entende como o radicalismo político dos bôeres. É o que se observa, por exemplo, na descrição da “primavera africana” em uma “tarde gloriosa (...), embora tão intensamente imóvel. Por todos os lados haviam evidências da vida. O inverno terminara, e agora, da tristeza e esterilidade de sua estação seca, erguia-se um jovem e amável verão, envolto em luz do sol, adornado com orvalho e perfumado com o sopro das flores”.³³ Haggard, que escrevia após a devolução territorial para os bôeres, remete a um caráter positivo da natureza sul-africana, descrevendo-a em termos nostálgicos, como impossível de ser plenamente apreendida pelo domínio racional, com ênfase na pequenez do homem europeu diante do espaço natural. Afinal, o letrado descreve que

John parou e observou a beleza indomada da cena, sua mente comparando-a com muitas visões cultivadas que ele conhecia, e chegando à conclusão de que, por mais desejável que a presença do homem civilizado fosse no mundo, pode-se dizer que suas ações pouco acrescentam a esta beleza.³⁴

Ao lado da natureza transvaalense, Haggard remete seus leitores à questão racial. Os bôeres, de um modo geral, são apresentados na trama como detentores de certo radicalismo político e fanatismo religioso, características que Haggard, assim como muitos de seus contemporâneos, associavam a condições raciais derivadas da

³² SPIEGEL, Gabrielle. **The Past as a Text**. Baltimore: John Hopkins University Press, 1997.

³³ HAGGARD, H. Rider. **Jess**. Londres: Smith, Elder & Co., 1886, p.50.

³⁴ *Ibid.*, p.21.

longa permanência em território colonial. Assim, por exemplo, após escaparem do cerco militar à capital, Pretória, Jess e John encontram dois rebeldes bôeres, os quais são descritos em termos fisionômicos que enfatizam, em um deles, “a expressão peculiarmente vilanesca no semblante, e um dente proeminente que se projetava sobre um isolamento horrível sobre o lábio inferior”, e no outro, a profusão de cabelos e pelos faciais que o tornam “mais parecido com um grande macaco barbado do que com um ser humano”.³⁵ Este último, “um bôer do tipo mais selvagem, vindo das fronteiras distantes de Zoutpansberg” recebe de Jess o apelido de *Vilderbeeste* (Gnu), em referência “à aparência e ferocidade do animal peludo”. A animalização de comportamentos encontrava-se no cerne das metáforas raciais empregadas por muitos letrados ao descreverem a variação humana em termos hierárquicos, simultaneamente valendo-se do argumento pseudocientífico para legitimar desigualdades sociais ao enfatizar que as diferenças naturais explicariam os motivos pelos quais alguns grupos eram dotados de maior competência para assumir responsabilidades e comandar.

Estes estereótipos encontravam-se enraizados em princípios de degenerescência racial e declínio moral, e foram gradativamente reforçados no contexto da guerra de 1881, com o intento de destacar o papel do colonizador britânico enquanto parte de uma raça sóbria e laboriosa, cujo caráter nacional havia conquistado o direito de governar outros povos ou “raças inferiores”. Sobretudo na imaginação literária do período, o veredicto britânico reforçava duplamente a dimensão negativa sobre os bôeres, pois 1) tratavam-se de descendentes de europeus que haviam abandonado as supostas qualidades que os tornavam superiores e aptos a controlar terras e populações no sul da África; 2) a permanência prolongada na região resultara na incorporação da violência primitiva e de comportamentos selvagens comumente atribuídos aos nativos africanos.³⁶ Em *Cetywayo and his white neighbours*, Haggard vai ainda mais além, posicionando os bôeres em um nível abaixo dos Zulus, pois estariam afetados pela morbidez das terras distantes da Europa que acarretaria na irresponsabilidade política. Ademais, os termos mobilizados evidenciam que, sob a óptica do letrado, os bôeres representariam um grupo étnico que não correspondia a muitas das confabulações

³⁵ HAGGARD, H. Rider. *Jess*. Londres: Smith, Elder & Co., 1886, p.198.

³⁶ LEE, Todd. The Fiction of Difference: The Afrikaner in British Adventure Fiction. *UCLA Historical Journal*, v.18, 1999, pp.1-26.

produzidas na imaginação científica e literária da época relacionadas à utopia de uma nação branca e civilizada no “continente negro”.

Nos bôeres, Haggard observava os efeitos nefastos produzidos pelo isolacionismo cultural e pela exposição a longos períodos nas colônias, além de um misto de comportamentos políticos e fanatismos religiosos. Os bôeres “são muito religiosos, mas sua religião adquire sua tonalidade das partes mais sombrias do Antigo Testamento”, produzindo assim uma raça destituída de quaisquer traços de piedade e gentileza, mormente no que diz respeito ao tratamento das populações nativas. O letrado não hesita em afirmar a total ausência dos “refinamentos da civilização” na “vida de um bôer comum do Transvaal”, descrevendo a carência de educação formal e o atrofiamento intelectual, o aspecto esquelético de suas habitações, a irresponsabilidade com impostos e deveres fiscais, bem como a falta de “romance, ou de qualquer sentimento e aspiração superior que são encontrados em quase todas as raças; em resumo, diferentemente do Zulu que ele detesta, há pouco de cavalheiresco em sua condição”. Além do ódio permanente pelas populações nativas, Haggard acreditava que, em seu estado natural, os bôeres estariam compelidos ao desprezo por qualquer forma de governo institucionalizado, estando “sempre mais ou menos em rebelião”. Na busca pela liberdade por parte dos bôeres estaria implicada a ambição de “executar e escravizar” a “criatura negra”, que, de acordo com o letrado, não seria considerado a partir de sua condição humana pelos bôeres transvaalenses.³⁷

Com efeito, desde o reconhecimento de sua independência política e territorial na década de 1850, o Transvaal era conhecido como a região que “dispunha das políticas mais rigorosas em relação aos nativos sul-africanos”.³⁸ A *grondwet* (constituição) do Transvaal, outorgada em 1858, explicitamente estabelecia que “o povo não deseja permitir igualdade entre a população de cor e os habitantes brancos do país, seja na Igreja ou no Estado”. Em consequências da implementação destas políticas raciais na república bôer, a *Dutch Reformed Church* rapidamente aderiu aos princípios de segregação por volta do mesmo período, culminando, em princípios da década de 1880, na completa separação entre a instituição e a *Sendingkerk* para todos os adeptos

³⁷ HAGGARD, H. Rider. *Cetywayo and his white neighbours, or remarks on recent events in Zululand, Natal and the Transvaal*. Londres: Kegan Paul, Trench, Trübner & Co, 1896, p.97-100.

³⁸ GOMES, Raquel Gryszenko Alves. *De espinhos e agulhões: segregação e lei de terras na obra de Sol Plaatje (1902-1930)*. Tese de doutorado em História. Campinas: Unicamp, 2015, p.119.

que não fossem holandeses. Outros atos discriminatórios contra nativos e *uitlanders* (estrangeiros brancos) foram aprovados nas repúblicas bôeres durante o mesmo período: nativos africanos foram proibidos de portar armas e submetidos à obrigação de carregar passes a partir de 1886; e, tanto no Transvaal quanto no Estado Livre de Orange, foram impossibilitados de adquirir terras, embora muitos fizessem uso pleno de propriedades rurais adquiridas em nome de missionários brancos.³⁹ No entanto, convém lembrar que, mesmo nas colônias do Cabo e de Natal, diversas medidas discriminatórias foram adotadas na segunda metade do século XIX com o fito de minar o espaço de atuação política de nativos, que o “liberalismo do Cabo” estava longe de ser uma doutrina de não-racialismo⁴⁰, e que o próprio sistema de reservas nativas implementado por Theophilus Shepstone no final dos anos de 1840 em Natal, implicava em experiências de segregacionismo de terras e cerceamento da mão-de-obra africana.

Nas dinâmicas do ressentimento de Haggard, o ódio e a humilhação, inflamados por preceitos de certo racialismo vulgarizado, são movidos, de um lado, contra os bôeres, descritos como racialmente condicionados à violência; e, por outro lado, contra os nativos africanos, ao exemplo do capataz da fazenda, Jantje, entregue aos excessos alcoólicos, a atitudes acovardadas e às superstições nativas, mas que é igualmente visto como vítima de práticas cruéis promovidas por colonos bôeres como Frank Muller. Na óptica de Haggard, que em *Jess* atualiza certos preceitos do racialismo oitocentista, Jantje, assim como outros nativos, era como uma “criança civilizada”, dotado de “instinto canino” e que “ansiava por feras selvagens e inimigos, e se não houvesse nenhum disponível, ele se satisfazia fingindo a sua presença”.⁴¹ Simultaneamente, Haggard denuncia os preconceitos raciais e a violência interétnica promovida pelos bôeres, afinal, Frank Muller não hesita em ameaçar “meter uma bala”⁴² em Jantje e, após acusá-lo injustamente de roubo, pune severamente o nativo a chicotadas. Embora categorize-o como uma “criança civilizada”, portanto dependente da tutela paternal representada pela administração colonial, Haggard não ignora certa

³⁹ WORDEN, Nigel. **The Making of Modern South Africa: Conquest, Apartheid, Democracy**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012, p.78.

⁴⁰ MALKIN, Emily. **Imperialism, White Nationalism, and Race: South Africa, 1902-1914**. Monografia em História. Middletown: Wesleyan University, 2008, p.16.

⁴¹ HAGGARD, H. Rider. **Jess**. Londres: Smith, Elder & Co., 1886, p.110-298.

⁴² *Ibid.*, p.84.

consciência do nativo com relação ao seu estatuto no Transvaal após a anexação: “a terra é britânica agora, e bôeres não podem matar os negros como querem!”.⁴³

O ambicioso e cruel Frank Muller, um *half-breed*, filho de um colono bôer e uma mulher britânica, metaforiza a ameaça *afrikaner*⁴⁴, intensificada por sua instabilidade racial e torna-se o alvo privilegiado do ressentimento de Haggard. Enquanto oriundo de uma linhagem anglo-saxônica, Haggard garante ao seu personagem características viris e distintivas, pois tratava-se de um “homem robusto e excessivamente belo, aparentemente em torno de quarenta anos, com feições claras, olhos azuis e frios”, contudo, o ideal de beleza masculina oculta a instabilidade mental que o letrado associa à racialidade de Muller. Por suas origens étnicas, Haggard assegura aos leitores que “o lugar de um homem como Frank Muller é na junção entre as águas da civilização e do barbarismo”, demasiadamente civilizado para deter “aquelas virtudes selvagens” e excessivamente bárbaro para “ser submetido às restrições mais tenras da sociedade cultivada”.⁴⁵ As descrições encontravam-se alinhavadas a uma perspectiva que, ao longo do século XIX, revestia a ideia de hibridez étnico-racial com estigmas morais, religiosos e sociais, características depreciativas que associavam o *half-breed* a comportamentos aberrantes derivados de certa instabilidade racial.⁴⁶

Além disso, trata-se de um personagem oportunista, que não mede esforços em alternar suas afiliações políticas de acordo com sus interesses pessoais, de modo que, durante o período em que o Transvaal era colônia britânica, orgulhosamente anuncia que “eu não sou um bôer. Eu sou um britânico. Minha mãe era britânica; e além do mais, graças a Lord Carnarvon, somos todos ingleses agora”.⁴⁷ A despeito disso, a heroína Jess lembra-o de suas afiliações anteriores, categorizando-o como um fervoroso patriota *afrikaner*, e, no momento da guerra, Muller não hesita em escolher o lado bôer, com ambições de galgar cargos de destaque na hierarquia política da

⁴³ HAGGARD, H. Rider. *Jess*. Londres: Smith, Elder & Co., 1886, p.75.

⁴⁴ O termo *afrikaner* refere-se a uma identidade social construída em torno da colonização do território sul-africano por alemães, franceses e holandeses. No século XIX, com a emergência do nacionalismo *afrikaner*, o termo passa a ser utilizado enquanto força política, para demarcar a distinção com os britânicos, e era de uma notável fluidez com conceitos como bôer, *dutch* e *dutchman*. Ver: GOMES, Raquel. **Uma feminista na contramão do colonialismo**: Olive Schreiner, literatura e a construção da nação sul-africana (1880-1902). São Paulo: Annablume, 2013.

⁴⁵ HAGGARD, H. Rider. *Jess*. Londres: Smith, Elder & Co., 1886, p.244.

⁴⁶ MALCHOW, Howard L. **Gothic Images of Race in Nineteenth-century Britain**. Stanford: Stanford University Press, 1996, pp.167-238.

⁴⁷ HAGGARD, H. Rider. *Jess*. Londres: Smith, Elder & Co., 1886, p.25-35.

república. Afinal, ao encontrar-se com um general bôer, muito possivelmente uma ficcionalização do presidente do Transvaal, Paul Kruger, e que afirma que “eu serei o primeiro presidente”, o *half-breed* imediatamente responde: “sim, eu serei [o segundo] presidente, e quando for, irei expulsar os britânicos da África do Sul. Isto eu farei com o auxílio dos Zulus de Natal. Então eu destruirei os nativos, como T’Chaka destruiu, mantendo apenas o suficiente para escravos”.⁴⁸

Somado ao ódio racial direcionado aos britânicos e nativos, Frank Muller ainda foi responsabilizado por uma série de atrocidades, ao exemplo da tentativa de assassinato de Jess e John, de avanços sexuais contra a juvenzinha Bess, pelo assassinato de nativos, bem como por condenar Silas Croft a um tribunal de guerra por supostos crimes de alta traição. Embora Frank seja eventualmente punido pelos delitos cometidos, já que, no final da trama, o personagem é morto por Jess Croft ao proteger a irmã e salvar seu tio da sentença de morte, Haggard parece sugerir, por meio das referências aos triunfos do *half-breed*, uma das consequências centrais que o letrado observava com a devolução do Transvaal aos bôeres no final dos conflitos: a impunidade dos crimes cometidos durante a guerra. A questão já transparecia em *Cetywayo and his white neighbours*, momento em que Haggard delata crimes cometidos por bôeres durante os conflitos, os quais teriam sido, de modo geral, absolvidos pelas cortes estabelecidas no Transvaal e no Estado Livre de Orange, gerando no letrado certa impressão de profunda injustiça derivada do “sangue inocente que foi derramado em nome deste país, e as lágrimas das crianças e das viúvas, que apelam a um tribunal superior àquele do governo do Sr. Gladstone”.⁴⁹ A problemática retorna em *Jess*, já que, durante o julgamento de Silas Croft, seus acusadores sugerem “tratá-lo como Buskes tratou Van der Linden em Potchefstroom!” e “faça-o engolir a mesma pílula que demos ao Dr. Barber”⁵⁰, em referência aos crimes cometidos durante os conflitos e delatados por Haggard em seu ensaio.

Cetywayo, que Haggard categorizou no prefácio da obra como um exercício de “história política”, fornece chaves de leitura para a questão que transparece nas entrelinhas de *Jess*. Afinal, em um dos apêndices do ensaio, o letrado referencia as

⁴⁸ HAGGARD, H. Rider. *Jess*. Londres: Smith, Elder & Co., 1886, p.186.

⁴⁹ HAGGARD, H. Rider. *Cetywayo and his white neighbours, or remarks on recent events in Zululand, Natal and the Transvaal*. Londres: Kegan Paul, Trench, Trübner & Co, 1896, pp.250-257.

⁵⁰ HAGGARD, H. Rider. *Jess*. Londres: Smith, Elder & Co., 1886, p.258.

“atrocidades de Potchefstroom”, isto é, o assassinato impune de nativos, mulheres e crianças inglesas, bem como a violação de “direitos civis”⁵¹, promovidas por um jurista transvaalense, G.H. Buskes, posteriormente identificado por Haggard como uma inspiração para a concepção de seu personagem vilanesco, Frank Muller. Ao narrar seu retorno à África do Sul, em meados de 1914, o romancista relata que “*Cetywayo and his white neighbours* é uma história verdadeira, os bôeres em *Jess* são imagens reais de um certo povo da época, e o vilão, que foi inspirado em fatos reais, é o verdadeiro retrato de um certo tipo de homem miscigenado”.⁵² Além de estabelecer as intersecções entre realidade e ficção no romance, o letrado reforça a caracterização racial de seu antagonista, questão vastamente explorada ao longo da trama. Tratava-se, portanto, de uma ameaça simultaneamente política e sexual, afinal, os avanços de Muller sobre a jovem Bess metaforizam a violência bôer na retomada do Transvaal. Por meio de um discurso de violência de gênero, Haggard traduz para um *tableaux* doméstico as tensões que ocupavam a esfera da política transvaalense no início da década de 1880, até mesmo para sensibilizar seus leitores diante dos crimes impunes cometidos contra mulheres britânicas e dos atentados aos “direitos civis” de seus compatriotas.

Todavia, é com este personagem – o pequeno e injustiçado colono britânico – que Haggard parece escoar com maior constância seu ressentimento. Afinal, ao longo das sinuosas semanas entre dezembro de 1880 e março de 1881, Silas Croft, um expatriado britânico que deixou a metrópole para tentar o êxito financeiro no Transvaal, permanece fervorosamente confiante na administração colonial britânica, afirmando para sua sobrinha, Elizabeth:

A correnteza irá mudar ao final, minha querida, ele disse, e nós teremos nossa oportunidade. Bem, já está na hora, depois de toda o embaraço e perdas e agonias que passamos. (...) Porém, há um fim para isto agora. Eu sabia que eles jamais iriam desistir e nos abandonar.⁵³

Por manter a flâmula britânica erguida diante de sua fazenda, Silas é eventualmente preso e submetido a um longo e torturante julgamento por parte dos bôeres insurgentes. É aqui que, ao ser acusado por Frank Muller de traição e revolta

⁵¹ HAGGARD, H. Rider. *Cetywayo and his white neighbours, or remarks on recent events in Zululand, Natal and the Transvaal*. Londres: Kegan Paul, Trench, Trübner & Co, 1896, p.292.

⁵² HAGGARD, H. Rider. *Diary of an African Journey*. Londres: Hurst & Company, 2001, p.30.

⁵³ HAGGARD, H. Rider. *Jess*. Londres: Smith, Elder & Co., 1886, p.255.

contra a república reestabelecida, que Silas é alertado da devolução do Transvaal aos bôeres e, por extensão, confinado a sua nova condição de réu apátrida, abandonado por sua própria sorte e descrito por Haggard nos seguintes termos:

era uma visão terrível ver este homem velho, bom e temente a Deus, sua face ferida, os cabelos cinza embebidos em sangue, e as roupas praticamente em trapos no corpo, andar e cambalear de um lado ao outro, blasfemando contra seu criador e o dia em que nasceu; declamando execrações ao seu amado país e ao nome do Inglês, e o governo que o desertara, até que sua natureza lhe tomasse conta, e ele caiu imóvel, lá, à sombra de sua bandeira desonrada.⁵⁴

O episódio conjuga uma interlocução entre sentimentos e política, ao enfatizar a humilhação e a mágoa enquanto efeitos imediatos da devolução do Transvaal aos bôeres, sentidos e ressentidos por aqueles que, ao exemplo de Haggard, vivenciaram o calor do momento em solo sul-africano. O desfecho da narrativa literária igualmente promove a ideia da colônia enquanto um paraíso perdido, de oportunidades econômicas e sociais que foram, após 1881, destituídas dos colonos britânicos na região. A morte de Jess, elemento que marca o desfecho do romance, e o retorno do casal John e Bess para a metrópole, concatenam a sensação de que, a despeito de sua natureza exuberante, o Transvaal dos bôeres nada mais ofereceria às sendas do Império. Ao lembrar os acontecimentos no final da vida, Haggard ainda parecia estar em busca um sentido explicativo para a guerra, e em um tom melancólico, assegurava aos leitores de suas memórias narradas que “minha vida em Pretoria chegou ao fim (...). Daquele dia em diante, nunca mais vi Pretoria ou o Transvaal, e não desejo vê-los. Tudo mudou lá, e encontraria apenas túmulos. Prefiro lembrá-los tal qual eram quando jovem”.⁵⁵

Como se vê, é entre a sensibilidade e a imaginação literária que aninhou-se o ressentimento de Haggard, em uma teia de relações íntimas entre sentimentos e práticas políticas. Estruturado a partir da experiência e itinerário do romancista na África do Sul, considerada por Hannah Arendt como um “campo de cultura do imperialismo”⁵⁶, Jess demarca a desesperança de Haggard com certo modelo de administração colonial, nominalmente aquele exercido pelo Partido Liberal em vigência nos anos da guerra, e que visava minimizar os gastos com a manutenção das colônias. Se a ficção de Haggard ilustra algumas das ideias centrais do imperialismo, ao exemplo do fervoroso

⁵⁴ HAGGARD, H. Rider. **Jess**. Londres: Smith, Elder & Co., 1886, p.263.

⁵⁵ HAGGARD, H. Rider. **The days of my life, v.1**. Londres: Longman, 1926, vol.1, p.144.

⁵⁶ ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.180.

engajamento político com expansão territorial e da crença na tutela paternal com relação às populações nativas, sua produção literária evidencia o vasto leque de ressentimentos e ódios raciais que estruturavam tais macroprocessos políticos: a desumanização, tanto de nativos quanto de bôeres, evoca, mesmo que de modo simbólico, a violência associada às práticas coloniais, elementos que legaram cicatrizes inegáveis à história da África em tempos coloniais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da trajetória intelectual e da produção literária de Rider Haggard possibilita circunscrevê-lo enquanto representativo de uma geração de jovens que, ao assumirem para si o manto de aventureiros e descobridores, deixavam a metrópole e partiam para as colônias em busca de enriquecimento, prestígio pessoal e autonomia. Ele não estava muito distante de outros jovens que deixam suas pátrias no afã de ascender socialmente nas colônias, ao exemplo do “magnata da mineração”, Cecil Rhodes – o mesmo que ansiava conquistar planetas e que, em 1895, esteve envolvido numa tentativa fracassada de anexar o Transvaal, no episódio conhecido como *Jameson Raid*. Entre as décadas de 1870 e 1880, os territórios sul-africanos ofereciam oportunidades a muitos destes homens expatriados, em especial nas atividades agrícolas ou na exploração das jazidas auríferas e diamantíferas. Incapaz de corresponder às expectativas familiares, considerado como um rapaz inapto e incompetente, Haggard foi enviado para atuar na administração colonial em Natal, circunstância que imediatamente catapultou-o para o topo da elite colonial. Estes eventos deixaram marcas em sua escrita ensaística e literária, a qual, ao promover cenários de aventura e descoberta, revisitava as utopias políticas de uma África do Sul que, para o letrado, havia sido perdida com a devolução do Transvaal em 1881.

Seu envolvimento com o aparato burocrático nas colônias, o engajamento fervoroso com a campanha confederacionista e a devolução do Transvaal aos bôeres serviram de mote para a escrita de Rider Haggard. Em seus primeiros ensaios, o letrado apresenta-se aos leitores e leitoras na metrópole como um homem altamente envolvido com a manutenção das políticas imperialistas, considerando-as como necessárias para manter a tutela benevolente e justa sobre as populações nativas na África do Sul. Simultaneamente, observa a força do processo civilizacional enquanto elemento

corrosivo sobre as formas de organização social dos africanos, em especial os Zulus, descritos entre o elogio e o anátema, entre virtudes naturais e vícios perniciosos.

A perda territorial tornou-se fonte de humilhação e ressentimento para o letrado, sentimentos que ele visou traduzir e ressignificar por meio de *Jess*, narrativa em que os impasses românticos de um soldado britânico e duas juvenzinhas transvaalenses, são entrecortados pelas tensões políticas entre britânicos e bôeres. Os personagens da trama tornam-se representativos de microcosmos de figuras sociais relacionadas à restituição do Transvaal aos bôeres, retratados na obra como cruéis, irresponsáveis e gananciosos. Sobre o pequeno colono, com quem Haggard certamente se identificava, recaía a humilhação pela perda de suas terras e o ressentimento por ter sido abandonado pelo governo. Entre razões e sentimentos, Haggard visou fornecer um sentido explicativo para a experiência vivenciada em sua fase sul-africana, e, neste movimento, revestiu sua ficção com formas de interpretação de processos históricos realocados entre a imaginação literária e a política.

 **RECEBIDO EM: 04/12/2017**

PARECER DADO EM: 19/02/2018